

CORREIO POLÍTICO

Por Karoline Cavalcante

Wilson Dias/Agência Brasil

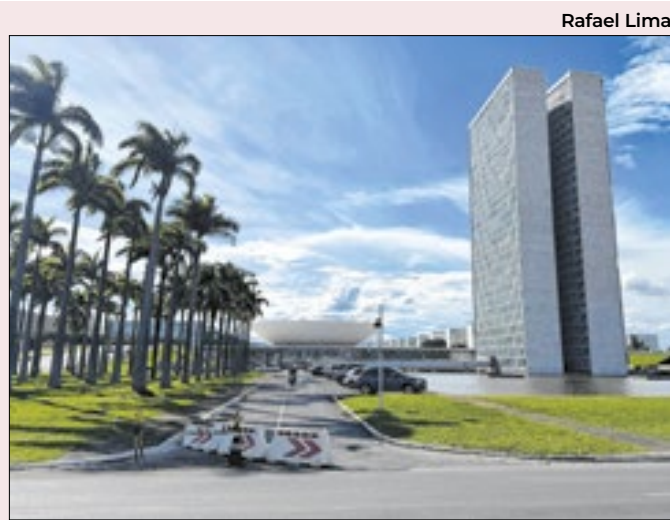


Lei foi sancionada pelo presidente Lula nesta quinta

Condenados por crimes sexuais serão identificados

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quinta-feira (28) a Lei 15.035/24, que estabelece o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais. A nova lei, que é fruto do projeto de lei (PL) 6.212/2023, da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), visa aumentar a transparência e permitir que a sociedade consulte publicamente informações sobre pessoas condenadas por crimes sexuais. De acordo com a lei, será criado um sistema de consulta pública com o nome completo e o número de CPF de réus condenados em primeira instância por crimes sexuais. A lista incluirá uma série de infrações, como estupro,

abuso sexual de vulneráveis e favorecimento da prostituição, entre outras. A medida também estabelece que os dados sobre as penas e medidas de segurança impostas aos condenados sejam divulgados, exceto quando o juiz determinar o sigilo. A senadora Margareth Buzetti, autora do projeto, defendeu a criação do cadastro, destacando que hoje as informações sobre condenados por crimes como homicídios ou tráfico de drogas estão acessíveis, enquanto crimes sexuais, como estupro e pedofilia, não são amplamente divulgados. “Quem são as vítimas de estupro e pedofilia? Mulheres e crianças”, ressaltou a senadora.



Rafael Lima

Veto agora será analisado pelo Congresso Nacional

Lula veta a manutenção dos dados após dez anos

Apesar de ter sancionado a lei, Lula vetou uma parte do projeto que estabelecia a manutenção dos dados dos condenados por dez anos após o cumprimento da pena. O presidente argumentou que essa parte da proposta violaria direitos constitucionais, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem dos condenados. “A extensão do prazo para manter disponíveis os dados dos condena-

dos no Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais para além do período de cumprimento da pena viola princípios e normas constitucionais, como a proporcionalidade e o devido processo legal”, afirmou o presidente na justificativa enviada ao Congresso. O veto agora será analisado pelo Congresso Nacional, que pode optar por manter ou derrubar a decisão de Lula.

Programa Periferia Viva

Ainda nesta quinta-feira (28), Lula também assinou o decreto que cria o programa Periferia Viva, para promover a melhoria das condições de vida nas comunidades. São mais de 30 políticas pactuadas entre ministérios, para fomentar investimentos nas periferias. Só de recursos do Novo PAC serão mais de R\$ 7 bilhões. “Hoje é o dia em que a periferia desse país se torna visível para o governo e para a sociedade. Vocês não serão mais invisíveis, nós estaremos enxergando vocês”, enfatizou Lula, durante a cerimônia de lançamento do programa no Palácio

do Planalto. O presidente da República pontuou que as necessidades que os moradores de periferias têm atualmente são fruto do descaso do poder público ao longo de décadas. “Eu digo sempre que os prefeitos que entraram nesse país, a partir dos anos 80, na verdade, não estão governando, estão recuperando o descaso que foi feito nos anos 50, 60, no auge do êxodo rural. Porque as pessoas vinham para a cidade sem nenhum preparo, não tinha nenhum preparo para receber, e as pessoas iam para onde a polícia deixava”, afirmou.

Governo detalha mudanças do novo pacote de gastos

Congresso votará medida neste ano; votação do IR ficará para 2025

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Após três semanas de expectativa, o Governo Federal enfim anunciou o pacote de corte de gastos. A equipe econômica realizou nesta quinta-feira (28) o detalhamento da medida, que projeta uma economia de R\$ 71,9 bilhões entre 2025 e 2026 e R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. A entrevista coletiva foi realizada às 8h no Palácio do Planalto.

Segundo a estimativa preliminar de impacto, a divisão anual prevê a economia de R\$ 30,6 bilhões em 2025; R\$ 41,3 bilhões em 2026; R\$ 49,2 bilhões em 2027; R\$ 57,5 bilhões em 2028; R\$ 68,6 bilhões em 2029; e R\$ 79,9 bilhões em 2030.

Participaram da entrevista, os membros da Junta de Execução Orçamentária (JEO), ministros da Fazenda, Fernando Haddad; Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; Gestão e Inovação, Esther Dweck; Casa Civil, Rui Costa; além dos ministros de Relações Institucionais, Alexandre Padilha e da Comunicação, Paulo Pimenta.

A medida será encaminhada para o Congresso Nacional por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Projeto de Lei Complementar (PLP).

A PEC inclui a redução do abono salarial, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Sendo que, as mudanças incluídas na PEC resultarão em uma economia prevista de R\$ 11,1 bilhões em 2025; R\$ 13,4 bilhões em 2026; R\$ 16,9 bilhões em 2027; R\$ 20,7 bilhões em



A entrevista coletiva foi realizada às 8h no Palácio do Planalto

2028; R\$24,3 bilhões em 2029; e R\$ 28,4 bilhões em 2030.

Já o PLP trata do reajuste do salário mínimo, restrições do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), repasses da Lei Aldir Blanc, biometria para novos benefícios e mudanças previdenciárias para militares. No PLP, a estimativa de economia será de R\$ 11,7 bilhões em 2025; R\$ 19,2 bilhões em 2026; R\$ 24 bilhões em 2027; R\$ 30,1 bilhões em 2028; R\$ 37,3 bilhões em 2029; e R\$ 44,5 bilhões em 2030.

Saúde e Educação

De acordo com Simone Tebet, os pisos de gastos da saúde e da educação não foram incluídos no pacote pois não ferem os princípios do arcabouço fiscal e trariam pouca economia.

“Eu e a ministra Esther, como professoras, antes de mais nada, fizemos as contas. Quando vocês colocarem no papel a questão da Educação, verão que, embora na teoria, na lei, não esteja no arcabouço, na prática, já está”, iniciou. “A Saúde [se incluída no arcabouço] teria

um impacto de quatro ou cinco bilhões ao longo de todos estes anos, mas como a população está envelhecendo e nós vamos precisar, lá por 2027 ou 2028, de mais recursos para a Saúde, seria um ajuste ineficiente”, acrescentou a ministra do Planejamento e Orçamento.

Congresso Nacional

Após o anúncio, o ministro da Fazenda se encontrou com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para apresentar a ele e aos líderes partidários as medidas econômicas. Depois da reunião, Pacheco afirmou que o pacote deve ser votado pelas duas Casas do Congresso antes do recesso parlamentar, previsto para o dia 22 de dezembro.

“Pude externar ao ministro Haddad a minha particular boa impressão em relação as medidas. Nosso compromisso é que, tão logo a Câmara dos Deputados aprecie, o Senado submeta diretamente ao Plenário. Para que até o final do ano, antes do recesso, possamos ver apreciadas essas medidas da equipe econômica”, disse o senador.

Imposto de Renda

Entre os principais pontos de mudança, estão a isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil. Porém, para manter o equilíbrio fiscal, aumentará a carga tributária para quem possui uma renda mensal superior a R\$ 50 mil, os chamados “super-ricos” — ambas as medidas eram promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa eleitoral em 2022.

“Pessoas que hoje têm renda e não pagam imposto, uma renda superior a R\$ 50 mil por mês, ou seja, R\$ 600 mil por ano, vão passar a pagar o mínimo. O que significa isso? Vamos supor que uma pessoa tenha aluguel, tenha salário, tenha dividendos, tenha juros, ela vai somar o que ela recebeu, qual foi a sua receita, e vai calcular 10% desse valor que ela recebeu”, explicou Haddad.

Entretanto, a expectativa é que o Legislativo apreciará a proposta do IR apenas no próximo ano. “Isso será objeto de uma ampla discussão ao longo de 2025, como foi a reforma tributária do consumo. Isso não é para hoje”, afirmou Rodrigo Pacheco.

CCJ votará regulamentação de tributária próxima semana

Andressa Anhoete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Em meio ao debate sobre o Orçamento para 2025, o Senado Federal segue às pressas para aprovar o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2025). Nesta quinta-feira (28), o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reafirmou que a Casa está realizando um esforço concentrado para aprovar o projeto ainda neste ano, que é uma prioridade do Senado.

“Reforma tributária e pacote de gastos são prioridades que o Senado vai cuidar até o recesso [22 de dezembro]. Fiz um apelo aos líderes que pudessem fazer um esforço concentrado. Talvez se reserve a última semana útil antes do recesso para que o Senado possa apreciar tanto a PEC [Proposta de Emenda à Constituição] quanto o PLP [Projeto de Lei Complementar]”, reforçou Pacheco, se referindo às medidas referentes ao novo pacote fiscal, encaminhado pela equipe econômica do governo federal.

Pacheco ainda reiterou que relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, senador Davi Alcolumbre (União-AP), se comprometeram a votar o projeto de lei



Senado fará esforço concentrado para aprovar projeto

complementar nas próximas semanas na CCJ – que é o único colegiado que analisará o projeto antes dele ir ao Plenário.

A comissão terminou todas as audiências públicas para tratar da regulamentação da reforma tributária nesta quarta-feira (27). Diante disso, como dito por Pacheco, a previsão é a CCJ vote o relatório final do projeto já na próxima semana. Se ela for aprovada, seguir para votação no plenário e também ser aprovada, os parlamentares estarão cumprindo com a expectativa do presidente da Casa de aprovar o texto ainda na primeira semana de dezembro.

Em novembro, o presidente do Senado declarou à imprensa

que “é natural pedido de vista na CCJ”, com duração de uma semana. Porém, agora ele afirmou que cumprir o prazo é “um grande desafio”.

Haddad

Em entrevista coletiva nesta quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a equipe econômica do governo federal buscou separar a reforma tributária das medidas do novo pacote fiscal – que será analisado pelo Congresso Nacional ao longo do próximo ano.

“Não queremos confundir o tema da reforma tributária com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço

fiscal. [...] A reforma tributária do consumo entra em vigor em 1º de janeiro de 2026, começa a transição. E a reforma da renda também vai valer a partir de 1º de janeiro de 2026”, disse o ministro, acompanhado de Simone Tebet (ministra do Planejamento e Orçamento) e Rui Costa (Casa Civil).

CCJ

Na 13ª e última audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça para debater o tema, os palestrantes da sessão alegaram que o prazo para que as empresas possam se adaptar ao novo sistema de tributação, com a adoção do IVA dual (Imposto sobre Valor Agregado) – que engloba os impostos Contribuição de Bens e Serviços (CBS), imposto federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), imposto estadual/municipal – foi considerado muito curto pelos participantes da última audiência.

Outras preocupações apontadas pelos participantes relacionadas a fase de transição da reforma são a harmonização entre os normativos das administrações tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, tal como a possibilidade de entendimentos divergentes na fiscalização de um mesmo contribuinte Pessoa Jurídica.